

## A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO EDUCADOR-ALFABETIZADOR DO PROGRAMA FORTALEZA ALFABETIZADA: primeiras aproximações

Rejane Mary Moreira<sup>1</sup>  
Célia Maria Machado de Brito<sup>2</sup>  
Rita de Cássia Lima Alves<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo faz uma reflexão acerca da formação dos alfabetizadores do Programa Fortaleza Alfabetizada, contextualizando e analisando o programa e o processo formativo vivenciado. São elucidados os pressupostos de uma concepção de alfabetização como política pública, de natureza pontual e compensatória, assinalando a convergência e afinidades entre esse projeto e as demais campanhas de alfabetização. Os resultados do estudo sugerem que, para se buscar os caminhos ou soluções favoráveis à formação do educador deve-se considerar as condições concretas de vida, instrução e socioeconômicas e adotar medidas de seleção para os educadores no sentido de que a formação inicial, continuada e permanente destes, caminhem para a constituição de uma nova didática com profissionais comprometidos, qualificados e habilitados ao magistério na área de EJA; uma oferta que não seja de políticas compensatórias, mas uma proposta de Política de EJA capaz de romper com as práticas das antigas campanhas de caráter assistencialista, descomprometidas em relação à continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade; uma proposta de educação que considere e respeite a diversidade como valor, que seja continuada e libertadora.

**Palavras-Chave:** Alfabetização de Jovens e Adultos. Círculo de Cultura. Formação Docente.

### 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação do educador-alfabetizador de jovens e adultos implica em compreender que a alfabetização não constitui uma mera

---

<sup>1</sup> Autora: Doutoranda em Educação Brasileira no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Coordenadora de Turma do Programa Fortaleza Alfabetizada. Pesquisadora do NEJAHM.

<sup>2</sup> Co-autora: Professora Doutora lotada no Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará

<sup>3</sup> Co-autora: Pedagoga- Especialista em educação de jovens e adultos (IFCE)- Coordenadora de EJA da rede pública municipal de Fortaleza - Coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e adultos do Ceará. Pesquisadora do NEJAHM.

transferência de conteúdos ou de técnicas tendo em vista que o acesso ao código lingüístico, mas constitui um processo de formação política que possibilita a formulação e apropriação de uma nova forma de exprimir idéias que precisam ser transformadas em ações.

Esse processo está inserido e ocorre em função de todo um contexto que envolve interesses econômicos, políticos, culturais e afetivos, sendo, portanto, uma prática vinculada aos sentidos e visões dentro de um contexto macro das determinações sociais que operam o modo de ser do mundo das mulheres e dos homens em constante processo de educação.

Compreendendo a Educação de Jovens e Adultos - EJA, como conjunto de processos de aprendizagens formais ou não formais que desenvolvem capacidades, enriquecem conhecimentos e melhoram competências técnicas ou profissionais, a partir de práticas de escolarização, organização comunitária ou formação profissional (Confinteia, 2009), este trabalho busca refletir sobre o processo de formação dos educadores do Programa Fortaleza Alfabetizada, situando o papel e a contribuição dessa formação no conjunto das ações voltadas para assegurar os objetivos maiores do programa que é garantir acesso e continuidade de estudos ao público jovem e adulto que, por inúmeras razões encontram-se distanciados das vivências escolares.

A perspectiva é pontuar as características centrais desse programa, lançando um breve olhar sobre o processo de formação dos alfabetizadores. Essa experiência, protagonizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza fundamenta-se no lastro legal que concebe a educação como direito de todos e dever do estado e da família, em colaboração com a sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania, tal como prevê o artigo 208 da Constituição Federal (1988).

Com base nesse direito constitucional, confirmado e reafirmado na LDB 9394/96 que transformou a Educação de Jovens e Adultos em modalidade da educação básica, no PNE, Lei nº. 10.172/01 e demais resoluções e dispositivos legais, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, ciente de

seu papel constitucional, estruturou um programa com características próprias. Seu objetivo é garantir os direitos educativos à população jovem e adulta desescolarizada, contribuindo para superar a histórica descontinuidade entre a alfabetização e a escolarização na EJA, através de uma política de acolhimento nas unidades da rede municipal de ensino de Fortaleza. Para isso realizou adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, promovendo, numa ação compartilhada, o Programa Fortaleza Alfabetizada em funcionamento ao longo deste ano.

Na perspectiva de garantir uma educação acessível a toda população jovem e adulta desescolarizada, o Programa Fortaleza Alfabetizada concebe a alfabetização como início de uma trajetória educacional, ao mesmo tempo que, anuncia a intenção de proporcionar continuidade de estudos aos egressos da alfabetização, garantindo uma educação continuada a um público que, historicamente, vem sendo excluído do direito à educação.

Nesse contexto, a alfabetização toma uma feição política e social, caracterizando-se como um processo, o qual tem início muito antes do acesso à escola, porque os conhecimentos acumulados nas interações com os diversos grupos sociais dos quais os alunos fazem parte é a referência principal, sendo um esforço constante em promover a constituição efetiva de um elemento essencial à cidadania, à leitura de texto, da sociedade e da cultura, reafirmando a máxima freireana que afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”(1980).

A perspectiva de Freire corroborada, hoje, por vários autores (Haddad, 2007); Di Pierro (2000), dentre outros, concebe o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais sendo, portanto, efeito e não causa da pobreza. Para Freire (2006), “a educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança de uma sociedade opressora, agrária e oligárquica, transformando-o em consciência crítica”.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Haddad (2007) admite que a alfabetização de adultos constitui uma dívida histórica da população

mais pobre que deve ser reparada sob pena de um aprofundamento das desigualdades sociais, fortemente alimentada pelas estruturas sociais, cada vez mais aviltantes. Assim colocada, a educação de jovens e adultos é um direito conquistado na luta diária dos que dela necessitam ou nela atuam sendo, portanto, uma importante bandeira de luta a ser deflagrada nos dias atuais.

Orientada nesse sentido, a Secretaria de Educação Alfabetização Continuada diversidade e Inclusão-SECADI- vem tentando pensar políticas que possam garantir a democratização da educação, permitindo que ela possa ser, efetivamente, tratada como direito humano fundamental (HENRIQUES; IRELAND, 2005). Em relação aos jovens e adultos, fica registrado o compromisso com a educação ao longo da vida, extrapolando assim a noção de EJA como sinônimo de escolarização fazendo valer os sentidos da EJA fixados em Hamburgo.

No campo pedagógico, tem sido destacada a prioridade no financiamento de material didático tanto para a formação continuada dos educadores da EJA, com o objetivo de auxiliar o professor no desenvolvimento das suas tarefas. No entanto, ainda predomina a lógica da EJA como política compensatória, com enfoque de campanhas, permanecendo a improvisação de educadores e alfabetizadores de jovens e adultos, tal como se vê em práticas na atualidade.

Nesse sentido, muito há que ser pensado para a superação dos métodos e estratégias pedagógicas de maneira a subsidiar o trabalho do educador-alfabetizador comprometido com a garantia do acesso ao saber letrado.

Buscando pensar a formação do educador, outros autores como Antonio Nóvoa (2002), Maurice Tardif (2000), Donald Schon (2000), Pimenta( ), Soares(1997), dentre outros, têm aprofundado o debate da epistemologia da prática, valorizando junto com Paulo Freire, além da formação escolar de base científica, a experiência pessoal e os saberes profissionais docentes,

resgatando a análise da prática, em sua dimensão pessoal, profissional e organizacional.

Para tanto, há que ser levado em conta em conta as questões históricas, políticas, econômicas e culturais do educando jovem e adulto. Na visão de Barcelos (2007)) ou faz-se a escuta das situações e interesses dos educandos ou teremos dificuldades com o processo de alfabetização, pois sabe-se que os jovens e adultos se envolvem melhor nos processos educativos, quando as palavras ou temas utilizados pertencem à sua experiência existencial, ou são explicitados a partir de seu universo cultural. Na visão de Freire as palavras devem estar grávidas de sentido (1980).

Nesse sentido é fundamental que incorporemos à formação dos professores(as) os saberes gerados na experiência, valorizando as trajetórias profissionais e de vida dos profissionais envolvidos, ajudando-os a (re)pensar sua prática, a partir da (re)significação de suas experiências, vivências e representações imaginárias sobre sua condição de educador(a) e de pessoa (Barcelo, 2007). Para tanto, destaca o referido autor é necessário *inventar e reinventar* as práticas didático-pedagógicas e metodológicas, fomentando bases participativas na relação educador -educando.

Com o intuito de perceber as bases que tem orientado a prática pedagógica do educador do Programa Fortaleza Alfabetizada, este trabalho busca contextualizar e analisar o processo formativo do educador-alfabetizador, recuperando os vieses teóricos e metodológicos, bem como a prática engendrada no cotidiano da sala de aula, analisando os efeitos e/ ou desdobramentos desse processo junto à prática alfabetizadora. Em se tratando de uma pesquisa com resultados parciais, o presente texto, não tem a pretensão de fechar nenhuma discussão, apresentando-se ao contrário, como início de um grande e interessante debate.

## 2 A PROPOSTA FORMATIVA DO PROGRAMA FORTALEZA ALFABETIZADA

Partido da compreensão de que o alfabetizador deve atuar como agente de mudança, e tomando como referência uma perspectiva que elege a conscientização e a transformação como focos de aprendizagem, o projeto formativo concebido para o Programa Fortaleza Alfabetizada segue o modelo libertador inaugurado nas experiências de alfabetização de jovens e adultos, realizadas por Paulo Freire na década de 1960 e continuado pelas vivências de educação popular.

Em linhas gerais, o projeto visa a oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de iniciarem a alfabetização e continuarem seus estudos regulares no âmbito do ensino fundamental, acrescidos de lições de cidadania e profissionalização, grandezas condizentes com as vocações do município, das comunidades e dos indivíduos.

O Programa, previsto para ser desenvolvido em seis meses, teve início em fevereiro de 2012, finalizando em agosto deste mesmo ano. Instituído no formato de Campanha de Alfabetização os três primeiros meses foi trabalhado com o método “Sim, Eu Posso”, método cubano com grande utilização em práticas alfabetizadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Ceará - MST, e os outros três meses com a metodologia de Paulo Freire, a partir da vivência do “Círculo de Cultura”, com 02 horas de duração, de segunda a sexta-feira.

A Prefeitura estabeleceu uma meta de atendimento de 30.000 alfabetizando num primeiro semestre, e mais 30.000 num segundo, tendo atendido até o momento cerca de 21.500 alfabetizando ou 6,9% do total de 180.000 analfabetos com mais de 15 anos, em Fortaleza .

O Programa iniciou com 1.420 alfabetizadores e 200 coordenadores de turmas, contando com uma coordenação de 34 pessoas, dentre as quais 09 militantes do MST, compondo a Brigada “Educadores Sem Fronteira”. O

programa contou com a seguinte estrutura funcional: *Coordenação Executiva*, *Coordenação Técnico Pedagógica* e Apoio Técnico Administrativo.

A coordenação executiva é um grupo formado por seis profissionais responsáveis pela administração administrativa e pedagógica, com dedicação exclusiva para a implantação, implementação, acompanhamento e avaliação de todas as ações do programa. Tem como tarefa principal propor medidas e articular recursos financeiros, materiais e humanos necessários, sendo também responsável pelos ajustes didático-pedagógicos no percurso do programa .

A Coordenação Técnico-pedagógica é um equipe composta de 20 profissionais responsáveis pelo planejamento e execução da agenda dos cursos de formação inicial e continuada; assume a tarefa de mediar a comunicação e orientação dos professores com as diretrizes administrativas e pedagógicas do programa. Cada coordenador pedagógico é responsável pelo acompanhamento, avaliação e relatoria do desempenho de 10 coordenadores de turmas – equivalente a 100 turmas de alfabetização e mil e quinhentos educandos.

O apoio Técnico– administrativo é composto por quatro profissionais qualificados para o desempenho das atividades de suporte administrativo e operacionalização das demandas das coordenações executiva e pedagógica.

Os Coordenadores (as) de Turmas são colaboradores graduados, credenciados para intermediar e orientar a realização dos procedimentos didático-pedagógicos a serem desenvolvidos pelos alfabetizadores do programa, atuando como elos de ligação entre as turmas de alfabetização e coordenação técnico pedagógica. Cada coordenador (a) de turmas é responsável pelo acompanhamento semanal, para avaliação e possíveis intervenções de 10 salas de alfabetização.

Os alfabetizadores (as) são colaboradores com escolaridade mínima de nível médio, convidadas a mobilizar pessoas não alfabetizadas no entorno da região em que residem ou desenvolvem alguma atividade de natureza sócio comunitária. É de fato, o protagonista do processo de ensino da leitura e da

escrita na sala de aula, pois seu trabalho consiste não só na mobilização, mas e, principalmente, na sustentação do educando em sala de aula.

Tendo em vista a mobilização dos alunos e a formação das turmas, a Prefeitura lançou um edital convocando os alfabetizadores a tomar parte do processo de mobilização, desde que esses formassem suas turmas de alfabetizandos, cada turma com até 14 estudantes. A participação dos movimentos sociais na mobilização de educadores e alfabetizandos também foi utilizado, havendo um grande envolvimento de associações e entidades da sociedade civil, participação destacada como fator positivo ao Programa.

O processo de formação dos alfabetizadores, previamente selecionados, foi organizado em três momentos: a) uma formação inicial, no interior da Brigada; b) Formação da equipe pedagógica do Programa; c) Formação inicial dos alfabetizadores e coordenadores que se deu ao longo de quarenta horas-aula, quando esses, então, debruçaram -se sobre o referencial teórico e metodológico do programa.

A formação aconteceu no período noturno, especialmente porque o grupo de alfabetizadores selecionados desempenhava outras atividades durante o dia, além do trabalho no Programa acontecer no horário noturno. Além desse momento inicial, foi realizado ainda um segundo encontro de formação, antes da segunda fase do programa - "Círculos de Cultura - que se deu através de encontros pedagógicos mensais, sendo então privilegiado o trabalho com essa, ferramenta metodológica vivenciada por Paulo Freire. Para esse autor a estratégia dos Círculos de Cultura substitui a

"turma de alunos" ou a de "sala de aula"; "Círculo", porque todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo, que é o seu único método de estudo no círculo (FREIRE, 1987, p. 37).



A rigor, os círculos de cultura nessa experiência caracterizaram-se como uma importante inovação didática, que efetivamente possibilitou o diálogo, ainda que em alguns casos ela não tenha funcionado a contento. Essencialmente orientada pelo e para o diálogo, a referida metodologia traz um conjunto de inovações facilmente identificado em vivências e práticas interdisciplinares. Tomando como referência temáticas decorrentes do contexto de vida dos educandos, os círculos de cultura podem oportunizar importantes aprendizados pelo exercício da crítica e da participação dos sujeitos aprendentes.

Nesse contexto, a alfabetização toma uma feição política e social, caracterizando-se como um processo, o qual tem início muito antes do acesso à escola, porque os conhecimentos acumulados nas interações com os diversos grupos sociais dos quais os alunos fazem parte é a referência principal, sendo um esforço constante em promover a constituição efetiva de um elemento essencial à cidadania, à leitura de texto, da sociedade e da cultura, reafirmando a máxima freireana que afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

### **3 UM BREVE OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO PROFESSOR DO PFA**

O papel do educador tem relevância na aprendizagem do educando. O bom acolhimento e a valorização do aluno pelo professor de EJA possibilitam a abertura dum melhor canal de aprendizagem, porque fomentam o encontro dos saberes da vida com os saberes escolares. Nesse sentido, é fácil perceber como a relação professor/aluno é fundamental para o sucesso na educação.

Apostando nessa compreensão, a coordenação do Programa Fortaleza Alfabetizada realizou a formação dos educadores e coordenadores

de turmas tomando como referência a metodologia do Círculo de Cultura, com o objetivo de fazê-los compreender o sentido e a relevância de uma pedagogia de natureza dialógica, problematizadora.

De início observou-se, uma certa curiosidade e inquietação por parte dos professores e coordenadores selecionados, visto tratar-se de uma metodologia que requeria do professor uma postura de mediador ou facilitador do processo de ensino, contrariando a prática tradicional de que o professor ensina e o aluno aprende, provocando um sentido de profunda incompreensão, tal como pode-se ver no comentário de uma educadora:

*...quando venho para essa formação, venho cheia de dúvidas e volto mais confusa ainda. Esse jeito de ensinar traz ainda mais problemas para o ensino, porque se o aluno não sabe é o professor que tem que ensinar...*

Educadora do PFA

Entende-se que essa afirmação decorre da dificuldade de compreensão do método, dificuldade plenamente comprovada quando do acompanhamento de sua prática em sala de aula. Nesse sentido tornou-se visível as inúmeras tentativas de debate descontextualizados da realidade de vida dos educandos, tornando-se comum a constatação de realização de cópias do alfabeto, de repetição mecânica das letras e sílabas, enfim de práticas pouco dialógicas e distanciadas das ideias defendidas por Freire, contrariando, assim as orientações feitas por ocasião das nas formações.

Tal realidade retratada pelo CNAEJA-PBA -2012 (Contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA), reforça o despreparo do professorado, característica comum em todo território nacional, tal como se pode ver no texto que se segue:

Formação insuficiente dos alfabetizadores, formadores e coordenadores. A grande maioria ainda está cursando ou concluiu o Ensino Médio. Os resultados insuficientes derivam, em grande parte, da existência de profissionais despreparados

para realizar o trabalho de alfabetização. A formação inicial de uma semana e as instituições contratadas para fazer a formação continuada, em muitos casos, também não são suficientes para qualificar adequadamente o profissional para o desempenho da função que garantiria o direito do educando. Após uma semana de formação inicial, muitos dos jovens que desempenham a função de educadores começam o trabalho com turmas sem que tenham qualquer formação acadêmica ou prática que dê sustentação ao trabalho pedagógico. Isso se torna ainda grave quando somado ao fato de que o coordenador também não tem suficiente formação para identificar e encaminhar as dificuldades, sendo em alguns casos uma indicação partidária da gestão local.

No caso em análise, a limitação do professorado em relação à aplicação do método freireano “Círculo de Cultura” trouxe importantes prejuízos ao programa. Na visão de alguns professores, coordenadores e até da coordenação geral do programa, o pouco tempo para a formação dos sujeitos constitui um dos principais fatores para a utilização pouco adequada das metodologias pensadas para a proposta.

Como forma de superar essa dificuldade, as aulas foram organizadas em tempos educativos, onde o vídeo-aula foi utilizado como um momento do método, apesar de não ser o único. Há registro também do uso de outros materiais pedagógicos orientadores como subsídios para os educadores-alfabetizadores.

Também há indicações que o uso de duas metodologias com premissas diferenciadas também contribuiu para a não efetividade do programa nos termos pensados. Embora seja uma questão importante de análise, nos omitimos aqui de fazê-lo por não dispormos de elementos para tal.

Dessa constatação, ressalta-se a relevância do papel do educador, pois o bom acolhimento e a valorização do educando pelo professor possibilitam a abertura para o canal da aprendizagem, porque fomenta o encontro dos saberes da vida vivida com o dos saberes escolares. Nesse sentido reafirma-se a percepção de muitos autores, quando afirmam que a relação professor/aluno é fundamental para o sucesso na educação.

A figura do professor aparece em nossas lembranças como aquela que marcou uma predileção por determinada área do conhecimento como alguém que nos influenciou em nossas escolhas profissionais mesmo como alguém com quem nada aprendemos ou até como aquela pessoa com as quais não gostaríamos de nos encontrar na rua. Isso nos ajuda a compreender que o professor exerce um papel determinante e de responsabilidade tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso escolar de qualquer um dos seus alunos (CADERNOS DE EJA, 2006, p. 17).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos o desempenho do professor tem sido marcado por muitas debilidades, sendo analisado com o determinante para as situações do fracasso escolar. Numa perspectiva inversa, torna-se fundamental a valorização dos saberes que os alunos trazem para a sala de aula, assim como o reconhecimento da existência da sabedoria do educando, por parte do professor, pois certamente, contribui para que ele desenvolva uma auto-imagem positiva, ampliando a autoestima e fortalecendo a autoconfiança.

Na verdade, quando professores e alunos trabalham juntos, é possível se antever os resultados, pois mesmo desempenhando papéis diferenciados, o respeito, a camaradagem e o incentivo mútuo certamente contribuirão para o sucesso da aprendizagem. Pois da mesma forma, o aluno que aprende também leva seu professor a fazer descobertas sobre como ensinar, portanto também ensina, reforçando assim a premissa freireana (1987, p. 68) de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Ante o exposto, nota-se a relevância de se pensar políticas públicas perenes que invista na formação do educador de jovens e adultos, superando a realidade que aponta para a existência de professores com formação precária, constituindo um espaço marcado por posições que justificam a atuação de professores leigos, ou mesmo monitores, sem preocupação com a formação inicial e continuada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do alfabetizador de jovens e adultos é um dos principais desafios enfrentados no desenvolvimento de políticas e programas de alfabetização, que se tenta delinear de várias maneiras, seja pela ação direta em processos diversos, seja pela ação direta de formação inicial, nos cursos universitários e habilitações para a docência, e de formação continuada em serviço, seja pela produção de subsídios pedagógicos e materiais didáticos que privilegiam o alfabetizador como leitor.

Esse estudo constatou que a formação inicial e continuada do alfabetizador do Programa Fortaleza Alfabetizada não levou os alfabetizadores a aplicar na sala de aula o método do círculo de cultura proposto pelo Programa, dentre os fatores que contribuíram para essa constatação destaca-se os profissionais, em especial o alfabetizador sem habilitação profissional formal.

Considerando os resultados desse trabalho, o estudo sugere que, para se buscar os caminhos ou soluções favoráveis à formação do educador deve-se considerar as condições concretas de vida, instrução e socioeconômicas e adotar medidas de seleção para os educadores no sentido de que a formação inicial, continuada e permanente destes, caminhem para a constituição de uma nova didática com profissionais comprometidos, qualificados e habilitados ao magistério na área de EJA; uma oferta que não seja de políticas compensatórias, mas uma proposta de Política de EJA capaz de romper com as práticas das antigas campanhas de caráter assistencialista, descomprometidas em relação à continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade; uma proposta de educação que considere e respeite a diversidade como valor, que seja continuada e libertadora.

## REFERÊNCIAS

BEISEIGEL, Celso de Rui(1974). *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira.

\_\_\_\_\_. *Educação e sociedade no Brasil após 1930*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral das Civilização brasileira*. São Paulo: Difel.

HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria C.(2000). In: *Revista Brasileira de Educação*, n -º 14. Ministério da Educação. SECAD. Documento – base nacional preparatório à VI CONFINTEA “Brasil: Educação e aprendizagens de jovens e adultos ao longo da vida”. Brasília, 2008.

CURY, Jamil. **Por uma nova Educação de Jovens e Adultos**. 2004. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins.2004/eja/index.htm>>. Acesso em: 20 maio 2009.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educ. Soc.**; Campinas, v. 26, n. 92, p. 115-1139, out. 2005.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, 2001.

FORUMEJA. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/book/export/html/1191>>. Acesso em: 20 maio 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio. **A situação atual de pessoas jovens e adultas no Brasil**. México: [s.n.], 2008a.

\_\_\_\_\_. Educação e exclusão no Brasil. **Ação Educativa**, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Reveja**, v. 1, p. 1-113, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In: RIBEIRO, Vera (Org.). **Educação de Jovens e Adultos – novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras, ABL; Ação Educativa, 2001.

\_\_\_\_\_. Participação popular na luta por escola: uma nova alternativa. **Em Aberto**, ano 10, n. 50/51, 1992a.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 56, 1992b.

\_\_\_\_\_. **Ensino supletivo no Brasil:** o estado da arte. Brasília: REDUC, 1987.  
HADDAD, Sérgio; PIERRO Maria Clara de. **Escolarização de Jovens e Adultos**, n. 14, 2000..

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. [S.l.: s.n.], 1983.

Relatório de Observação nº 3. As Desigualdades na Escolarização no Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília 2009.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Globalização e exclusão:** a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 170-198, 2001.

SILVA, Analise da e outros, GT CNAEJA-PBA – Contribuições para a Construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA.-2012. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**. Lições da prática. Brasília, 2008. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**. Lições da prática. Brasília, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

\* Recebido em Maio de 2013.  
\* Aprovado em junho de 2013.